

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Letícia Nunes Amorim

**O IMPACTO DA POLÍTICA DE CIRCUITOS TURÍSTICOS, O CIRCUITO SERRAS E
CACHOEIRAS, SOBRE O MUNICÍPIO DE CATAGUASES.**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Prof. Michelson Kairo Ribeiro Nogueira.

Juiz de Fora

2016

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, Leticia Nunes Amorim, portadora do documento de identidade nº 19.919-702 e CPF nº 136112896-80, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201472255A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “O IMPACTO DA POLÍTICA DE CIRCUITOS TURÍSTICOS, O CIRCUITO SERRAS E CACHOEIRAS, SOBRE O MUNICÍPIO DE CATAGUASES.”, desenvolvido durante o período de 06 de maio de 2016 a 25 de julho de 2016 sob a orientação de Michelson Kairo Ribeiro Nogueira, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo o presente.

Juiz de Fora, 25 de julho de 2016

LETÍCIA NUNES AMORIM

O IMPACTO DA POLÍTICA DE CIRCUITOS TURÍSTICOS, O CIRCUITO SERRAS E CACHOEIRAS, SOBRE O MUNICÍPIO DE CATAGUASES.

THE IMPACT OF TOURIST CIRCUITS POLICY, IN SAWS AND CIRCUIT FALLS, ON CATAGUASES MUNICIPALITY.

Letícia Nunes Amorim¹

RESUMO

Muito mais do que um meio de evidenciar o patrimônio cultural e natural das cidades brasileiras, o turismo se mostra atualmente como um importante veículo para o desenvolvimento socioeconômico. A Política de Regionalização do Turismo aparece como resultado de um planejamento focado na descentralização e no compartilhamento de responsabilidades que teve início em 2003 e, através dessa regionalização, em 2012 já se observava uma ampliação do diálogo entre o Ministério do Turismo e todos os estados brasileiros. Em Minas Gerais, o Plano Regional de Turismo foi desenvolvido com a Política de Circuito Turísticos, reunindo municípios de uma mesma região que apresentam afinidades culturais, sociais e econômicas para a gestão de um turismo mais participativo e integrado. Atualmente no estado, existem 46 circuitos certificados pela Secretaria do Estado de Minas Gerais. Dentre os Circuitos, situado na Zona da Mata mineira, composto por 8 cidades do interior de Minas, está o Circuito Turístico Serras e Cachoeiras. Através de uma análise feita sobre o planejamento turístico do Circuito Serras e Cachoeiras, tem-se como problema: quais são os impactos socioeconômicos que a Política Estadual do Turismo de Minas Gerais, Circuitos Turísticos, tem sobre a cidade de Cataguases que pertence ao Circuito Serras e Cachoeiras? Desta forma, o objetivo geral deste trabalho foi de analisar se a política pública de turismo do Governo de Minas Gerais, Circuitos Turísticos, está gerando desenvolvimento da atividade turística no município de Cataguases.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo. Políticas Públicas. Circuitos Turísticos. Circuito Serras e Cachoeiras. Cataguases.

SUMMARY

Much more than a means to highlight the cultural and natural heritage of Brazilian cities, tourism is currently shown as an important vehicle for socio-economic development. The Tourism Regionalization Policy appears as a result of a focused planning on decentralization and sharing of responsibilities which began in 2003 and, through that regionalization in 2012 already watched an expansion of the dialogue between the Ministry of Tourism and all Brazilian states. In Minas Gerais, the Regional Tourism Plan was developed with the Tourist Circuit Policy, bringing together municipalities in the same region that have cultural, social and economic affinities for the management of a more participatory and integrated tourism. Currently in the state, there are 46 certified circuits by the Secretary of State of Minas Gerais. Among the circuits located in Zona da Mata, consisting of 8 cities in the interior of Minas Gerais, is the Tourist Circuit Serras e Cachoeiras. Through an analysis done on tourism planning Circuit Mountains and waterfalls, it has as a problem: what are the socioeconomic impacts of the State Policy of Minas Gerais Tourism, Tourist Circuits, has on the city of Cataguases that belongs to the circuit Saws and Waterfalls? Thus, the aim of this study was to analyze the tourism public policy of the Government of Minas Gerais, Sightseeing Tours, is driving development of tourism in the municipality of Cataguases.

KEYWORDS . Public policy. Sightseeing Tours. Circuit Serras e Cachoeiras. Cataguases

¹ Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: lenunesamorim@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Dr. Kairo Ribeiro.

INTRODUÇÃO

Muito mais do que um meio de evidenciar o patrimônio cultural e natural das cidades brasileiras, o turismo se mostra atualmente como um importante veículo para o desenvolvimento socioeconômico. Com a criação do Ministério do Turismo em 2003, tem-se criado os planos nacionais, através de metas e macro programas que possibilitam que os governos estaduais passem a construir as suas políticas de turismo, organizando e viabilizando o desenvolvimento do turismo em seus territórios. De acordo com o Ministério do Turismo, em seu “Plano Nacional de Turismo: diretrizes, metas e programas 2003 – 2007”² o turismo pode ser definido como um tipo de atividade autossustentável que desempenha papel de grande relevância “no equilíbrio da balança comercial, com o ingresso de novas divisas, por meio do aumento no fluxo de turistas estrangeiros e da atração de investimentos para a construção de equipamentos turísticos (BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO, 2003, p. 5).

A partir da consideração do fator capaz de equilibrar a balança comercial da União, o turismo se torna prioridade e passa a ser considerado relevante no sentido de contribuir para o desenvolvimento econômico do país, o que reflete, inclusive, sobre a redução das desigualdades sociais (BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO, 2003, p. 6). E, a partir do momento em que se considera a redução de desigualdades, é possível fazer uma leitura do turismo como política pública, um tipo de política que poderia, segundo Goeldner (apud DIAS, p. 121), ser definida como uma série de “regulamentações, regras, diretrizes, diretivas, objetivos e estratégias de desenvolvimento e promoção” que consistem num tipo de estrutura, sobre a qual se toma decisões em nível coletivo e individual. Essas decisões, de acordo com Goeldner (Idem), “afetam diretamente o desenvolvimento turístico e as atividades diárias dentro de uma destinação”. Desta forma, entende-se como política pública de turismo, um

“conjunto de intenções, diretrizes e estratégias e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território. Toda política é imbuída de intencionalidade e ideologia. Uma política setorial revela uma forma de o poder público ver, pensar e se posicionar no mundo. Todas as iniciativas públicas e privadas que concorrem para o desenvolvimento de certa atividade já nascem com um conteúdo político. (CRUZ, 2000)

De acordo com Cruz, para que o plano seja executado com eficácia, é de extrema relevância considerar que “a política antecede o plano.” (Cruz, 2000. p. 50). É interessante notar que, embora o Ministério do Turismo tenha sido criado em 2003, durante o governo militar, mais especificamente no ano de 1966, já surgia a EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo), que se ocupava do planejamento do turismo no país, implementando o funcionamento do “Sistema Nacional de Turismo”. A partir de então foi também criado o CNTUR – Conselho Nacional do Turismo que, juntamente com a EMBRATUR, formavam a base do planejamento do turismo brasileiro.

Depois disso, já no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1996-1999), foi criada uma nova política de turismo, que visava buscar maior estabilidade da economia, financiar o desenvolvimento e conseguir melhorias para o Estado. O objetivo dessa nova política era instaurar a competitividade, com vistas a estabelecer a inserção competitiva, a modernização, aumentar a eficácia do Estado e, por fim, diminuir as desigualdades, tanto geográficas quanto sociais. Vale ressaltar aqui que, ainda no ano de 1994, quando Itamar Franco era presidente da República, foi criado o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), através da portaria 130, de 30/03/1994 e que, no início do segundo governo de Fernando Henrique, o programa foi efetivado na PNT 2000. O programa tinha o objetivo de implementar o desenvolvimento do turismo brasileiro por meio da descentralização e do planejamento municipal, fomentando “o desenvolvimento turístico sustentável nos Municípios, com base na sustentabilidade econômica, social,

² Fonte: Site SETUR <http://www.turismo.mg.gov.br/>

ambiental, cultural e política”³ (1999, p. 11). O PNMT funcionou de 1995 até o final de 2001, final do governo de FHC.

Foi depois disso, já em 2003 (governo Lula), que foi criado, como já dito anteriormente, o Ministério do Turismo, que passou a abrigar os órgãos institucionais ligados diretamente à área, como, por exemplo, a Secretaria de Políticas de Turismo, Secretaria de Programas de Desenvolvimento de Turismo, Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e Conselho Nacional de Turismo, praticando uma política descentralizadora, com forte atuação de parcerias. Neste cenário, fica a cargo da EMBRATUR a tarefa de promover e divulgar o turismo no Brasil.

Aliás, de acordo com o Plano Nacional de Turismo de 2013⁴,

Desde a criação do Ministério do Turismo e a reativação do Conselho Nacional de Turismo, em 2003, a atividade nessa área vem ganhando o devido reconhecimento como um importante vetor de desenvolvimento socioeconômico. Institucionalmente, isso se reflete na credibilidade que o Ministério do Turismo tem obtido na formulação e na implementação das políticas para o setor, em um processo aberto e democrático decorrente da proposta de gestão descentralizada. A elaboração do Plano Nacional de Turismo, nas edições de 2003-2007 e 2007-2010, contou com a ampla participação dos segmentos representativos que integram o Sistema Nacional de Turismo, segundo um formato de trabalho conjunto que privilegiou momentos de reflexão, no Ministério do Turismo e no Conselho Nacional de Turismo, sobre as perspectivas e proposições para o desenvolvimento da atividade. (2013, p. 43)

Dentro desse panorama, a regionalização do turismo aparece como resultado do planejamento focado na descentralização e no compartilhamento de responsabilidades que teve início em 2003 e, através dessa regionalização, em 2012 já se observava uma ampliação do diálogo entre o Ministério do Turismo e todos os estados brasileiros. De acordo com o Plano Nacional de Turismo, “como resultado da ação integrada que tem evoluído ao longo de 2003-2012, o mapa turístico brasileiro conta atualmente com 3.635 municípios, organizados em 276 regiões turísticas”. (PNT, 2013, p. 56)

Desta forma, implementação do turismo no Brasil começou a ser descentralizado, no intuito de promover cada vez mais a participação dos órgãos públicos, esperando uma maior e mais forte inserção das instituições e favorecendo a representatividade de tais gestões descentralizadas. Esse novo jeito de efetivação torna-se relevante no surgimento de novos empregos, em diversos níveis de conhecimento e atuação, promovendo até mesmo a partir daí, a possibilidade de uma diminuição da desigualdade social com a ascensão de novos campos de trabalho.

Sendo assim, se, por um lado, essa regionalização do turismo favorece o desenvolvimento sustentável do turismo e as alianças entre cidades permita que se crie projetos conjuntos de implementação do turismo em cidades até então quase desconhecidas, por outro lado, o modelo de regionalização do turismo apresenta pontos frágeis e vulneráveis. De acordo com Beni (1998), um desses pontos consiste na incapacidade das instituições para gerir o turismo em algumas regiões, incapacidade motivada, na maioria das vezes, pela dificuldade que as prefeituras têm em avaliar o objetivo, em entender e executar as diretrizes nacionais do Ministério do Turismo (1998, p. 370)

Em Minas Gerais, o Plano Regional de Turismo foi desenvolvido com a Política de Circuito Turísticos, reunindo municípios de uma mesma região que apresentam afinidades culturais, sociais e econômicas para a gestão de um turismo mais participativo e integrado. Atualmente no estado, existem 46 circuitos certificados pela Secretaria do Estado de Minas Gerais. Dentre os Circuitos, situado na Zona da Mata mineira, composto por 8 cidades do interior de Minas, está o Circuito Turístico Serras e Cachoeiras.

Tais questões serão abordadas a seguir, a partir do estudo sobre o Circuito Serras e Cachoeira, elaborado encima de um estudo de caso sobre a cidade de Cataguases, sede do referido circuito. Esse

³ EMBRATUR/ Ministério do Esporte e Turismo (1999)

⁴ Plano Nacional de Turismo. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/images/pdf/plano_nacional_2013.pdf Acesso em: 08 jul 2016

circuito é registrado como ADERT - Agência de Desenvolvimento Regional do Circuito Turístico das Serras e Cachoeiras foi constituída em 2003 e era formado, inicialmente, por cinco municípios (mínimo necessário para constituição de um circuito): Além Paraíba, Argirita, Cataguases, Itamarati de Minas, Laranjal e Leopoldina. A composição inicial se modificou, hoje o Circuito Serras e Cachoeiras é formado por oito municípios: Além Paraíba, Argirita, Cataguases, Itamarati de Minas, Laranjal, Leopoldina, Rodeiro e São Sebastião da Vargem Alegre.

Através de uma análise feita sobre o planejamento turístico do Circuito Serras e Cachoeiras, tem-se como problema: quais são os impactos socioeconômicos que a Política Estadual do Turismo de Minas Gerais, Circuitos Turísticos, tem sobre a cidade de Cataguases que pertence ao Circuito Serras e Cachoeiras?

Desta forma, o objetivo geral deste trabalho foi de analisar se a política pública de turismo do Governo de Minas Gerais, Circuitos Turísticos, está gerando desenvolvimento da atividade turística no município de Cataguases, que pertence ao Circuito Serras e Cachoeiras.

Como metodologia de pesquisa, o levantamento de dados do Circuito Turístico Serras e Cachoeiras, foram realizados por meio de pesquisa com abordagem qualitativa e com fins exploratórios, por meio de pesquisas documentais e levantamento de dados passados através de troca de emails com a gestora do Circuito. Além do levantamento de dados, foi feita uma entrevista com a gestora do Circuito na cidade de Cataguases, Sônia Dias. O questionário foi estruturado com 10 perguntas direcionadas às formas de organização e promoção do Circuito Serras e cachoeiras e sua atuação de impacto no município de Cataguases.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO EM MINAS GERAIS

Mesmo antes da regionalização do turismo, alguns estados já aplicavam suas próprias políticas de turismo, através da divulgação de polos ou mesmo de zonas de turismo. Para esses estados, o programa de regionalização do turismo trouxe fortalecimento para a continuação das ações que já eram realizadas, gerando a possibilidade de ampliá-las para outras regiões. Desta forma, aquelas cidades que antes não eram evidenciadas, passaram a ser incluídas a um grupo de cidades vizinhas e foi possível uma maior integração regional, o que lhes trouxe benefícios que até então não lhes haviam sido concedidos pelas políticas públicas.⁵ Sob este aspecto, “o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil promove a delimitação geográfica em regiões turísticas, para fins de planejamento, definição de estratégias e gestão, gerando a integração, articulação inter setorial e cooperação entre os vários participantes da cadeia produtiva regional”. (2007, p. 19-21)

Entretanto, como se pode conceituar “regionalização”? O Ministério do Turismo (2009) esclarece que a regionalização pode ser vista como um tipo de modificação da ação focalizada em uma só unidade, para uma política que seja capaz de descentralizar. A partir desta compreensão, o Ministério do Turismo aponta que “a regionalização do turismo deve ser compreendida como uma proposta que busca desconcentrar a oferta turística por meio da criação e estruturação de novos destinos no interior do país, tanto para o mercado interno como para o mercado externo. (BRASIL, 2009, p. 81). Já para Beni, a regionalização é um tipo de abordagem que acontece através do planejamento sistemático de regiões que apresentam um aspecto que complementa umas às outras cidades e que tem potencial para atrair turistas. Assim, para ele, a regionalização do turismo traz a proposta de promover um desenvolvimento conjunto de cidades que ficam localizadas numa mesma região e que apresentam algum atrativo comum. Todavia, reforça Beni, para que a regionalização obtenha êxito, é preciso que os municípios envolvidos entendam a importância de cada um executar o seu papel dentro do grupo. (2006, p. 125)

⁵Ministério do Turismo. Introdução à regionalização do turismo, 2007. Disponível em: http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/introducao_turismo.pdf. Acesso em 08 jul 2016

É importante aqui frisar a consideração de Beni (1998), segundo o qual, cabe ao governo estadual criar programas e a realizar projetos regionais, bem como empreender ações conjuntas com a área econômica, de educação, meio ambiente e urbanização, a fim de que se consiga a melhoria das áreas de interesse político. (1998, p. 6). Nesse sentido, os circuitos turísticos buscam reunir cidades próximas, de uma mesma região, que tenham alguma afinidade econômica, social ou cultural, com a finalidade de desenvolver uma atividade turística que promova a consolidação de uma identidade regional sustentável. O funcionamento desses circuitos acontece pela interação continuada das cidades que o compõem, através de seus gestores públicos, da população e da iniciativa privada, com vistas a empreender ações que promovam o desenvolvimento por meio de parcerias.

O que se tornou possível perceber na construção do Programa Nacional do Turismo (PNT) para o período 2007/2010 foi que a incorporação da ideia de território e de arranjos produtivos, presente no paradigma de gestão que estruturava a regionalização do turismo, acabou tornando-se o eixo que veio estruturar os seus macros programas. Através desses macroprogramas tornar-se-ia possível, depois, a definição das regiões turísticas como meio de se organizar o turismo fundado no planejamento e na gestão. (BRASIL, 2009, p. 81).

Quanto ao estado de Minas Gerais, pode-se afirmar que sua política de turismo funciona conforme a lei delegada número 180/2011, criada no dia 20 de janeiro de 2011, segundo a qual o objetivo da Secretaria Estadual de Turismo deve ser o de “planejar, coordenar e fomentar as ações relacionadas ao turismo”, com a finalidade de promover a sua expansão, melhorando o nível de vida da população das regiões turísticas, gerando trabalho e renda, principalmente. Para isso, a missão da Secretaria de Turismo deve:

- I – propor e coordenar a política estadual de turismo, o Plano Mineiro de Turismo e os demais planos, programas e projetos relacionados ao apoio e ao incentivo ao turismo;
 - II – criar e divulgar o calendário oficial de eventos turísticos do Estado;
 - III – implementar a política estadual de turismo em articulação com órgãos e entidades das esferas de governo federal, estadual e municipal;
 - IV – fomentar a instalação de empreendimentos ligados às atividades turísticas;
 - V – promover e difundir, por meio de atividades turísticas, a cultura mineira em articulação com a Secretaria de Estado de Cultura;
 - VI – promover e divulgar os produtos turísticos do Estado;
 - VII – propor normas visando ao estímulo e ao desenvolvimento do turismo, no âmbito de sua atuação; VIII – promover a intersectoralidade voltada para o desenvolvimento da infraestrutura turística;
 - IX – executar, direta ou indiretamente, projetos específicos para implantação de receptivos turísticos, recuperação de estética urbana e ambiental voltada para o turismo e apoio à rede hoteleira e de restaurantes, no âmbito de circuitos turísticos ou áreas assemelhadas; e
 - X – exercer atividades correlatas.
- Assim sendo, o modelo de desenvolvimento proposto pela Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais pretende consolidar e fortalecer a Gestão dos destinos turísticos, tornando-os mais competitivos. (Diretrizes da Política Pública de Turismo do Estado, Governo de Minas, 2011, p. 24) ⁶

CIRCUITOS TURÍSTICOS DE MINAS GERAIS

É inquestionável o fato de que Minas Gerais é um estado dotado de belezas naturais, riqueza cultural e artística que raramente é possível encontrar, ao mesmo tempo, num mesmo território. Com um total de 853 cidades e um número superior a cinco mil distritos e povoados, o estado apresenta sua riqueza através de sua própria história e de seus ilustres filhos. No caso específico do território mineiro, a descentralização do turismo em regiões consiste em um dos eixos temáticos primordiais da política praticada pela Secretaria Estadual de Turismo, através dos seus Circuitos Turísticos, que hoje reúnem os municípios de uma mesma região que apresentam algum tipo de afinidade no campo da cultura, mas também na área social e econômica. Através da união entre essas cidades, torna-se possível a organização integrada para a

⁶ Disponível em: <http://www.turismo.mg.gov.br/images/stories/diretrizes-da-politica-publica-de-turismo-vs-2-2030.pdf>. Acesso em 09 jul 2016

formação da identidade regional. Dentro dessa política de implementação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais, está a criação, por cada setor, do seu plano estratégico de desenvolvimento, que inclui os roteiros e ainda a promoção da região como destino turístico. Existem hoje em Minas Gerais 58 circuitos envolvendo, ao todo, 663 cidades, entre os quais, quarenta e dois circuitos e ainda a capital mineira já foram devidamente certificados pela Secretaria de Estado de Turismo. No entanto, o governo do estado pretende ir além, conseguindo, através do fortalecimento dessa rede, um desenvolvimento de uma economia sustentável.

A SETUR/MG, assim, a partir de 2001, passou a promover uma política focada na organização de Circuitos Turísticos e, atualmente, são 46 circuitos turísticos em Minas Gerais, divididos por 11 regiões, conforme listagem a seguir: a primeira região é a central e está situada na cidade de Belo Horizonte (Circuitos: Diamantes; Grutas; Guimarães Rosa; Lago Três Marias; Ouro; Serra do Cipó; Trilha dos Inconfidentes; Verde - Trilha dos Bandeirantes; Veredas do Paraopeba; Villas e Fazendas de Minas). A segunda região é a da Zona da Mata, da qual fazem parte os circuitos: Caminho Novo, Caminhos Verdes de Minas, Montanhas e Fé, Nascente do Rio Doce, Pico da Bandeira, Serra do Brigadeiro, Serras de Minas, Serras do Ibitipoca e, finalmente, Serras e Cachoeiras (circuito abordado por este estudo). A terceira região está localizada no Sul de Minas e dentro dela estão inseridos os circuitos: Águas, Caminhos do Sul de Minas, Caminhos Gerais, Malhas do Sul de Minas, Montanhas Cafeeiras de Minas, Nascentes das Gerais, Serras Verdes do Sul de Minas, Terras Altas da Mantiqueira, Vale Verde e Quedas D'água, Lago de Furnas. A Região do Triângulo Mineiro (Circuito dos Lagos), Região do Alto Paranaíba (Circuitos Caminhos do Cerrado e Canastra) e a Região Centro Oeste de Minas (Circuitos: Caminhos do Indaiá, e Grutas e Mar de Minas), aparecem como quarta, quinta e sexta regiões, e a elas se seguem a Região do Noroeste de Minas, que apresenta o circuito Noroeste das Gerais, a Região do Norte de Minas (que compreende os circuitos Lago de Irapé, Serra do Cabral, Serra Geral do Norte de Minas, Sertão Gerais, Velho Chico) e mais três regiões localizadas no Vale do Jequitinhonha (Circuito Vale do Jequitinhonha), no Vale do Mucuri (Circuito Pedras Preciosas) e no Rio Doce (Circuitos Mata Atlântica de Minas, Rota do Muriqui e Trilhas do Rio Doce).

Tendo como missão principal o desenvolvimento sustentável do turismo nos municípios conveniados, o Circuito visa beneficiar as comunidades no aspecto socioeconômico, buscando respeitar e valorizar a cultura e o patrimônio de cada cidade, para que se tornem referência no ecoturismo, turismo de negócios, de aventura, cultural e rural, reconhecidos tanto em Minas Gerais como em todo o país. Para atingir tal objetivo, é preciso que os gestores do circuito busquem:

- Identificar os municípios que tenham uma afinidade turística ou que se complementam turisticamente, que estejam num raio aproximado de 100 km;
- Mobilizar representantes do Poder Público, iniciativa privada e comunidade de cada município interessado;
- Realizar reunião de integração com a participação dos técnicos da Secretaria de Estado de Turismo (SETUR);
- Promover o turismo em ambiente interno e externo dos municípios associados;
- Elaborar, animar e gerir o plano estratégico do Circuito;
- Elaborar e/ou animar a gestão de projetos conforme objetivos e resultados do plano⁷.

Os requisitos mínimos necessários para que o município seja habilitado a receber essa parcela do ICMS, de acordo com o Artigo 3º do Decreto 45.403 que regulamenta o ICMS Turístico, é participar do Programa de Regionalização do Turismo da SETUR, possuir uma política municipal de turismo, ter um Conselho Municipal de Turismo regulamentado e operante, bem como um Fundo Municipal de Turismo. Contudo, a integração do município ao circuito, segundo Sonia Dias, está condicionada à apresentação dos documentos abaixo relacionados, conforme o artigo 17 e 18 da resolução SETES nº 45, de 05 de novembro de 2014⁸.

⁷ Fonte: <https://serrasecachoeiras.blogspot.com.br/2011/01/conhecendo-um-pouco-de-circuitos.html>. Acesso em: 19 de junho de 2016

⁸ Fonte: <http://www.turismo.mg.gov.br/images/stories/institucional/legislacao/resolucao-setes-no-45-de-05-de-novembro-de-2014.pdf>. Acesso em: 19 de junho de 2016.

Art. 17 – A inclusão de um novo município em um Circuito Turístico já certificado fica condicionada a apresentação dos seguintes documentos à SETES/MG, por intermédio do Circuito:

- a) Cópia do documento jurídico que aprova a inserção do Município no Circuito Turístico, observado o disposto no Estatuto e/ou Regimento Interno da Entidade;
- b) Cópia da ata de inclusão do município aprovada em Assembleia;
- c) Inventário da Oferta Turística Municipal em 01 (uma) via digitalizada, devidamente corrigido e atualizado pelo Circuito Turístico, de acordo com o modelo proposto pela SETUR/MG.
- d) Carta de intenção dos municípios justificando a sua associação ao Circuito Turístico, esclarecendo a existência de: afinidades culturais, sociais e/ou econômicas; complementaridade de atrativos e serviços turístico; compatibilidade de objetivos relacionados ao desenvolvimento turístico regional entre o município e a entidade, bem como as possíveis contribuições entre as partes envolvidas.

Art. 18 - A exclusão de um município associado ficará a cargo do Circuito Turístico e condicionada aos cumprimentos de seu Estatuto, Regimento Interno e/ou Convênio assinado entre as partes, apresentando à SETES-MG os seguintes documentos:

- a) Ofício do presidente solicitando a exclusão dos municípios e apresentando a justificativa para tal solicitação;
- b) Cópia da ata da exclusão do município aprovada em Assembleia.

Art. 19 – A inclusão e/ou exclusão de municípios na Política de Regionalização do Turismo do Estado de Minas Gerais fica condicionada a aprovação técnica dos documentos solicitados nos art. 17 e 18 desta resolução.

Entretanto, a aceitação do município como participante do Circuito ainda deve respeitar o artigo 19 da mesma resolução, segundo o qual,

Art. 19 – A inclusão e/ou exclusão de municípios na Política de Regionalização do Turismo do Estado de Minas Gerais fica condicionada a aprovação técnica dos documentos solicitados nos art. 17 e 18 desta resolução.

Parágrafo Único - Caberá a Diretoria de Planejamento das Políticas de Turismo a análise técnica dos documentos referentes a inclusão e exclusão dos municípios, sendo firmado o prazo de 10 (dez) dias úteis para emissão do parecer técnico, contados a partir do recebimento da documentação por esta diretoria.

A partir do momento em que o município passa a integrar o Circuito, ele presta contas anualmente para que a certificação seja renovada e, para isso, cada município deve enviar à SETUR o “Planejamento Estratégico” e o “Plano de ações” para que sejam analisados e aprovados pelo Estado.

Por fim, para que se efetivasse a regionalização do turismo, com a execução de os macros programas criada, o Ministério do Turismo começou a estruturar os circuitos turísticos que, aliás, já existiam no Brasil com outro nome: roteiros turísticos. Os circuitos passaram a ser fomentados sob a forma de associações e, atualmente, buscam adaptar a política nacional do turismo às regiões, estruturando, promovendo e comercializando o que as cidades envolvidas produzem, seja como produto ou como serviço – tudo isso com base na sustentabilidade e integração regional.⁹

CIRCUITO SERRAS E CACHOEIRAS E A CIDADE DE CATAGUASES

A Agência de Desenvolvimento Regional do Circuito Turístico das Serras e Cachoeiras, conhecida popularmente como Circuito Serras e Cachoeiras, foi constituída em 2003, em seu início com cinco municípios (que é o mínimo necessário para constituição de um circuito). Hoje, o Circuito é formado pela junção de 8 cidades: Além Paraíba, Argirita, Cataguases, Itamarati de Minas, Laranjal, Leopoldina, Rodeiro e São Sebastião da Vargem Alegre. Trata-se de uma instituição de direitos privados, sem fins lucrativos, com autonomia financeira e administrativa dentro da política de regionalização, regida por Estatuto próprio.

O Circuito Serras e Cachoeiras têm como objetivo primordial, o desenvolvimento sustentável do turismo em todos os municípios associados, de forma que os beneficie socialmente, além de

⁹ O programa de regionalização do turismo e sua aplicação no Circuito Turístico Caminhos Gerais. Revista Gestão & Conhecimento. PUC Minas, Poços de Caldas, 2012.

Disponível em: https://www.pucpcaldas.br/graduacao/administracao/revista/artigos/esp1_8cbs/28.pdf Acesso em 08 jul 2016

ecomonomicamente. Seus princípios são por base no respeito e valorização da cultura e do patrimônio local, buscando ser referência no turismo de negócios, aventura, cultural, rural e no ecoturismo regional.

Rios cor de chá, aromas florais, cheiro de mato e chuva. Barulho das correntezas, estrondosas quedas d'água e um ruído de vento cortando as pedras. Se você gosta de visitar localidades onde a história, cultura e arte são latentes, seu próximo destino são os municípios do Circuito Turístico das Serras e Cachoeiras. Mas também é para essa região da Zona da Mata que você deve vir se você gosta de turismo rural, de lazer e de aventura. Leopoldina, Argirita, Cataguases, Dona Eusébia, Itamarati de Minas e Recreio se completam na oferta de ricos acervos de arte, monumentos históricos e modernos, além das diversas belezas naturais e opções de passeios por trilhas, antigas fazendas, serras e cachoeiras. Ali também é lugar de tradicionais culinárias e hospitalidade. Com um grande número de atrações naturais, viajar por serras e cachoeiras é uma recomendação para turistas de todas as idades. O único requisito para embarcar nessa aventura é ter juventude na alma. (Serras e Cachoeiras)

Cataguases, vale ressaltar que, além da beleza natural, com suas ruas arborizadas, tem um rico acervo cultural, com obras de Portinari e Djanira expostas em espaço aberto, com a arquitetura modernista de Aldary Toledo e Oscar Niemeyer, obras, enfim, de Francisco Bolonha, Emerick Marcier, Jan Zack, Burle Marx, o que transforma a cidade em um amplo museu de arte moderna acessível a quem se disponha a olhar à volta enquanto caminha por suas ruas. Além de todo esse patrimônio material, Cataguases ainda conta com os marcos históricos no campo da cultura, com a "Revista Verde" na década de 1920, como precursora do cinema nacional, com Humberto Mauro e com a vocação artística que permeia a população e seus inúmeros artistas plásticos, escritores de renome como, por exemplo, o premiado e contemporâneo Luiz Ruffato, com os novos cinegrafistas, bem como através de institutos e centros de cultura mantidos por empresários locais, como a Fábrica do Futuro, o Centro Cultural Humberto Mauro e a Fundação Cultural Simão José Silva.

No recorte que este estudo faz sobre a cidade de Cataguases, especificamente, é preciso destacar que a ação do Circuito Serras e Cachoeiras têm na realização de eventos está restrita basicamente à participação como patrocinador ou divulgador.

Em relação à Festa de Santa Rita de Cássia, por exemplo, evento que atrai católicos de toda a região, a sua realização teve início muito antes de existir o Circuito, tendo como realizador o Santuário de Santa Rita de Cássia. Trata-se de uma festa tradicional com duração de, aproximadamente, dez dias, com culminância no dia 22 de maio, dia de Santa Rita. Como atrativo, tem a procissão com participação de meninas pequenas caracterizadas de Santa Rita, a coroação do mês de maio, o show pirotécnico na praça e ainda os salgados e doces vendidos nas barracas, tendo como ponto mais alto o arroz doce, Canjica e, mais especialmente, o "pastel de Santa Rita". O relatório do circuito aponta como resultado da "Feira de Santa Rita" uns níveis altos de ocupação em hotéis, além de bares e restaurantes cheios e um aumento das vendas na feira de artesanato que funciona aos domingos na praça que recebe o nome da santa (mas que, durante o período do evento é transferida para a Praça Rui Barbosa).

Outro evento importante a ser citado é o "Trem da Terra Rio-Minas", instituído pelo Governo de Minas Gerais em 11/11/2015, na cidade de Cataguases. Além do Governo de Minas, participam do grupo, segundo informações do relatório de atividades apresentado pelo Circuito Serras e Cachoeiras no final de 2015,

Fóruns Regionais - Região Mata, Secretária Estadual de Turismo, EMATER, pelas Prefeituras de Cataguases, Recreio, Chiador, Além Paraíba, Volta Grande, Sapucaia, Três Rios e Palmas, a ONG Amigos do Trem, Sindicato dos Ferroviários, Além nos Trilhos, Circuito Turístico Serras e Cachoeiras, Biciclotrem, Mov. Mulheres Rurais e usuários, com a finalidade de fortalecer aos projeto sociais, turísticos, economia solidária e agricultura familiar que irão agregar ao projeto do trem de turismo Interestadual. Estiveram presentes o Subsecretário da Secretária Estadual de Governo e Coordenador Geral dos Fóruns Regionais de Governo, sr. Fernando Tadeu David, o Secretário Executivo dos Foruns Regionais Região Mata Sr. Labenert Mendes Ribeiro, Paulo Henrique do Nascimento Presidente da ONG Amigos do Trem, os prefeitos da cidades que compõem o Trem da Terra, diversas autoridades e a sociedade Civil.

O projeto se trata de uma aliança entre Ministério dos Transportes, Governo de Minas, DNIT, Inventariança da RFFSA, Prefeituras que compõe o trecho, EMATER, ONG Amigos do Trem e Sociedade Civil, e, especialmente em Cataguases, visa atrair a atenção dos que buscam uma aventura de conhecer as paisagens naturais que circundam os trilhos do trem. Em matéria publicada no jornal "O Dia" (RJ), com data de 03 de novembro de 2015, o presidente da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) "Amigos do Trem", idealizador do projeto, Paulo Henrique Nascimento afirmou: "Já protocolamos o projeto técnico operacional no Ministério dos Transportes e na Ferrovia Centro-Atlântica (operada pelo VLI - Valor de Logística Integrada, do Grupo Vale)". Ele disse também, na ocasião, que as reuniões para tratar da implementação do projeto estavam ocorrendo entre "os prefeitos de oito cidades dos dois estados, empresários, a Inventariança da Rede Ferroviária Federal, líderes dos governos estaduais, Associação Brasileira de Preservação Ferroviária\Porto Novo, Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e DNIT" e que o trem circularia entre "as cidades de Sapucaia e Três Rios, no Centro Sul Fluminense, Cataguases, Recreio, Leopoldina, Chiador, Além Paraíba e Volta Grande, em Minas", num percurso total de 187 quilômetros. Esse trecho de malha ferroviária encontra-se inoperante atualmente, já que a atividade de carregamento de bauxita que era feito pela concessionária foi encerrada. Estima-se que, por viagem, o trem terá capacidade de transportar até 240 passageiros (60 em cada vagão). De acordo com depoimento do prefeito de Três Rios, Vinicius Farah, "Estamos consolidando, juntos, sem vaidades, um grande projeto, que, além de interligar cidades dos dois estados, contribuirá para alavancar o turismo, o desenvolvimento econômico e social, e a preservação do patrimônio público ferroviário". 5 Ainda de acordo com a reportagem:

O preço do passeio, que vai durar cinco horas, inicialmente só nos finais de semana, custará entre R\$ 40 e R\$ 50 por pessoa. "Negociações com empresas vão propiciar a recuperação de cada vagão por cerca de R\$ 50 mil", adianta Paulo Henrique. Em nível governamental, cada vagão reformado sairia entre R\$ 800 mil e R\$ 1 milhão.

Para finalizar, é importante ressaltar a participação de Cataguases na primeira e segunda rodada dos "Foruns Regionais de Governo do Território da Zona da Mata Mineira" de 2015, onde foram identificados e discutidos os problemas que cada região vem enfrentando na implementação do turismo. Durante o evento, tanto representantes da sociedade civil e da iniciativa privada, como do Poder Legislativo e de órgãos federais, estaduais e municipais. De acordo com o relatório, durante o evento, que teve foco na questão do turismo, foram também discutidas.

ações para o fortalecimento do arcabouço legal da área econômica, o fortalecimento da produção e comercialização regional associada ao turismo; implantação de Pontos Fixos de Comercialização da Economia Solidária, que potencializem a identidade cultural, turística, e produtiva local. Desenvolvimento sustentável e integrado do turismo no território da Zona da Mata que perpassa por 4 âmbitos: a) melhoria da infraestrutura turística no que diz respeito ao acesso (integração das secretarias para viabilização do aeroporto, aumento de voos internacionais, revitalização da malha ferroviária e estações, conclusão do acesso da BR 040 à MG 353); b) fortalecimento do arcabouço legal para o turismo (ICMS, Fundo, Lei); c) fortalecimento da identidade turística da região, buscando a diversificação dos produtos através das vocações identificados (pesca, religioso, gastronômico, rural, cultural, ecológico, artesanatos, turismo de aventura, observação de aves e negócios); e d) fortalecimento da produção e comercialização regional associada ao turismo.

Neste sentido, é possível perceber que a cidade de Cataguases possui um grande potencial turístico e com a sua inserção no Circuito Serras e Cachoeiras, o município tem se mostrado cada vez mais ativo no âmbito turístico e nas ações propostas para o maior desenvolvimento da atividade na região. Os atrativos da cidade, assim como os eventos citados acima, são de suma importância para o reconhecimento da cidade como potencial turístico no Estado, através da Política de Circuitos Turísticos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir, tem-se uma análise sobre o desenvolvimento turístico do Circuito Serras e Cachoeiras, a partir de seus documentos oficiais de Planejamento Estratégico e Estatuto, aplicadas no município protagonista desse estudo: Cataguases. Essas informações foram retiradas de um levantamento de dados

feito do Circuito Turístico Serras e Cachoeiras, realizado por meio de pesquisa documental (qualitativa), com arquivos, relatórios e planos traçados pelos gestores do Circuito, repassados para mim pela gestora em Cataguases, Sônia Dias. Obtive da gestora Sônia Dias, respostas sintetizadas após uma análise de conteúdo correlacionando-as com os documentos (planejamento estratégico, estatuto e relatório de atividades) pesquisados.

Quando questionada sobre como são definidas as ações do circuito, qual a importância do Circuito para as cidades participantes e principalmente para Cataguases e se a política de Circuitos Turísticos de Minas Gerais auxiliou (auxilia) no desenvolvimento turístico de Cataguases e região, Sônia Dias usa como resposta, um relatório feito pelos gestores do Circuito Serras e Cachoeiras, onde são feitas análises importantes das ações promovidas até agora, seus resultados e impactos sobre as cidades pertencentes ao Circuito (dentre elas, Cataguases).

Dentro do planejamento para 2016 elaborado pelo Circuito Serras e Cachoeiras, (documento que tive acesso através da pesquisa documental) são citados a necessidade de se criar meios de se ampliar a divulgação dos atrativos turísticos das cidades participantes, com desenvolvimento de material audiovisual, preparação de kits de promoção do turismo na região, para serem distribuídos em feiras e eventos, produção de material impresso para distribuição em pontos de apoio turístico, principalmente. Também se discute, nesse documento, a importância em se consolidar uma parceria com restaurantes, bares, hotéis e afins, no sentido de chamar a atenção de clientes, por meio da inserção de imagens de pontos turísticos das cidades do circuito nos cardápios, ou mesmo através da distribuição de folders dos pontos turísticos nas recepções e halls. O documento sugere ainda a colocação de um pequeno estande com produtos da cidade na entrada dos estabelecimentos comerciais acima citados.

Através desse planejamento, que sugere e propõe ainda outras intervenções, respondendo à questão de propostas do Circuito perante o aumento do fluxo turístico dos municípios, busca-se alcançar um impacto maior sobre a economia e sobre o meio social das cidades, como, por exemplo, promover o conhecimento, por parte da população, das características socioculturais da região do circuito, levando a uma sensibilização e integração da população em prol da divulgação e da valorização do patrimônio material e imaterial das cidades. A partir desse primeiro passo, o impacto desejado pela gestão do circuito consiste no

- Aumento do fluxo de visitantes aos atrativos turísticos da região
- Aumento do fluxo de visitantes na região
- Aumento do faturamento dos artesãos
- Aumento da receita dos atrativos e serviços turísticos por causa do aumento do fluxo de visitantes
- Aumento da conscientização popular sobre a importância de preservação dos atrativos naturais
- Utilização e conservação dos espaços naturais

Quando questionada sobre as formas de promoção, divulgação e propagação do Circuito para a população das cidades envolvidas e conseqüentemente para um público cada vez maior, segundo Sônia Dias, o Circuito Serras e Cachoeiras conseguem uma boa visibilidade e esse resultado se percebe através de contatos por e-mail feitos pelos internautas em busca de informações, tanto quanto pela contagem do número de visitantes no blog e na página da rede social Facebook. Por outro lado, em um estudo feito pelos gestores do Circuito, para a formulação de um novo planejamento estratégico, em conversa com alguns jovens de Cataguases pelas redes sociais, foi possível perceber que oito entre dez deles não têm conhecimento sobre o Circuito Serras e Cachoeiras ou sobre ações promovidas na cidade, o que demonstra a necessidade de um maior planejamento e ampliação da ação no quesito “divulgação”.

Para conseguir uma maior visibilidade, gestores e organizadores do Circuito fizeram, durante todo o ano de 2015, visitas técnicas às cidades que o constitui o Circuito, através de uma comissão integrada por membros de todos os municípios. A composição desse grupo teve o propósito de promover uma maior comunicação e interação entre todos os municípios participantes, na constituição de um planejamento conjunto de ações. Como resultado dessas visitas, surgiu a proposta de se montar, a partir deste ano de 2016, um roteiro turístico integrado que apresente a riqueza cultural e natural de cada município como atrativo turístico. No recorte que este estudo faz sobre a cidade de Cataguases, especificamente, é preciso

destacar que a ação do Circuito Serras e Cachoeiras têm na realização de eventos está restrita basicamente à participação como patrocinador ou divulgador.

De acordo com pesquisa feita ao decorrer das ações impostas pelo circuito, temos como resposta da gestora Sônia Dias, através de um documento onde se faz o novo planejamento de ações do Circuito Serras e Cachoeiras, os impactos¹⁰ positivos e negativos no que diz respeito a atuação do mesmo:

16. IMPACTOS

16.1. Impactos positivos

	Tipo do Impacto	Indicador do Impacto	Meios de Verificação
Socioculturais	Conhecimento das características socioculturais da região	Número de roteiros formados	Material de promoção dos produtos turísticos regionais
	Melhoria na capacitação técnica dos profissionais	Número de profissionais qualificados	Número de certificados expedidos
	Aumento da integração entre os atores da sociedade, interesse pelo setor e conhecimento sobre o tema turismo	Número de pessoas que participam dos cursos, palestras, debates e reuniões	Lista de presença
	Conhecimento do perfil e hábitos dos visitantes	Pesquisa de demanda	Relatório de pesquisa de demanda realizada
	Melhoria da autoestima dos moradores em relação ao patrimônio material e imaterial da região	Índice de satisfação dos moradores	Pesquisa

	Aumento do fluxo de visitantes os atrativos turísticos da região	Número de visitantes nos atrativos turísticos	Fluxo de visitantes percebido e lista de presença
	Aumento do fluxo de visitantes na região	Número de visitantes na região	Fluxo de visitantes percebido e taxa de ocupação da rede hoteleira
	Aumento do faturamento dos artesãos	Faturamento mensal	Receita Geral
	Aumento da receita dos atrativos e serviços turísticos por causa do aumento do fluxo de visitantes;	Faturamento mensal	Receita Geral
Ambiental	Aumento da conscientização popular sobre a importância de preservação dos atrativos naturais	Relatos e entrevistas com moradores e visitantes	Visita <i>in loco</i>
	Utilização e conservação dos espaços naturais	Ativação dos espaços naturais	Verificação semestral <i>in loco</i>

16.2. Impactos negativos

	Tipo do Impacto	Indicador do Impacto	Meios de Verificação
Socioculturais	Impacto na cultura local por contato com culturas diferentes	Mudanças de hábitos da comunidade	Pesquisa com moradores
	Perda da identidade local quando se cria produtos ou serviços buscando agradar aos hábitos do visitante;	Empreendimentos sem características locais ou regionais	Pesquisas nas empresas instaladas
	Preferências por empresas receptivas de outras regiões	Nº de empresas receptivas de outras localidades atuantes na região	Pesquisas realizadas na rede hoteleira e nos atrativos turísticos

¹⁰ Fonte: Dados do Planejamento Estratégico do Circuito Turístico Serras e Cachoeiras 2016-2017

	Especação imobiliária	Nº e preços de propriedades e imóveis na região	Registro de compra e venda
	Aumento do nº de prestadores de serviço informais da região	Pesquisa nos principais atrativos e eventos	Fiscalização
Ambiental	Produção de lixo excessivo nos espaços naturais	Relatos e entrevistas com moradores e visitantes	Visita <i>in loco</i>
	Ocupação inadequada do solo com abertura de novos empreendimentos ou moradias	Descumprimento do plano diretor da cidade	Autuações realizadas pelas Prefeituras Municipais
	Poluição visual	Número de placas de propagandas nos atrativos naturais e culturais	Visita <i>in loco</i>

Atingidos esses resultados, contudo, tem-se a consciência de que outros impactos negativos também podem resultar das ações de promoção do turismo, como, por exemplo, a perda de identidade da cidade sob o pretexto de se agradar os visitantes, uma possível especulação imobiliária, a ampliação da quantidade de indivíduos que trabalham com prestação informal de serviços, uma produção desordenada de lixo nos espaços naturais, a construção inadequada de novas moradias ou empreendimentos e ainda a poluição visual.

Todavia, os impactos positivos tanto quanto os negativos apresentados no documento de planejamento, só apresentam a possibilidade de se tornarem fatos reais a partir da estruturação efetiva da promoção do turismo na região, o que depende da “criação de roteiros segmentados para comercialização destes destinos e a busca de projetos inovadores que apresentem a riqueza de sua cultura e o diferencial desta região”. Isso exige não apenas comprometimento dos municípios envolvidos no sentido de vontade, mas, principalmente do apoio financeiro das instituições envolvidas no circuito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que, na visão dos agentes responsáveis pelos circuitos, os impactos positivos correspondem, principalmente, à integração dos municípios envolvidos no circuito e a cooperação mútua para o desenvolvimento do turismo, à capacidade de sensibilizar a população das cidades para o potencial turístico da região e na possibilidade de dialogar com o governo estadual - tudo isso para garantir uma maior visibilidade às pequenas cidades que não são vistas como destinos turísticos. Os impactos negativos, na percepção dos gestores do Circuito Serras e Cachoeiras, retratam basicamente a questão da poluição, da descaracterização cultural e do crescimento imobiliário desordenado, resultados que só atingiriam as cidades com um grande fluxo de turistas.

Entretanto, a partir da leitura dos documentos elaborados pelo Circuito Serras e Cachoeiras, com seus propósitos, suas análises do trabalho já realizado, do planejamento de ações e do impacto exercido sobre a economia e sobre a sociedade, torna-se possível concluir, primeiramente, que o impacto do turismo sobre a região está na dependência primeira de investimentos financeiros. Sem tais investimentos a maioria das ações, bem como sua divulgação, acaba não produzindo o impacto desejado, consistindo apenas em tentativas bem intencionadas que atingem uma pequena parcela da população, não gerando um efeito mais amplo e significativo.

A partir da garantia de recursos financeiros, seja através do poder público ou do setor privado, o circuito consegue ser autossuficiente economicamente, tornando-se, segundo conclusão do próprio documento de planejamento estratégico para 2016, elaborado pela gestão do Circuito Serras e Cachoeiras, uma “entidade ativa no fomento e promoção da atividade turística na região”.

Na cidade de Cataguases, mais especificamente, ainda que timidamente, percebe-se que a atuação do Circuito Serras e Cachoeiras começam a despertar, a partir das instituições culturais e do setor de educação, uma maior visibilidade da cidade pelos seus próprios habitantes mais especialmente pelos jovens que frequentam as escolas da rede estadual, municipal e particular, bem como pelos acadêmicos que dedicam seus estudos à história de Cataguases e à sua vocação cultural.

Talvez seja esse o maior impacto produzido dentro da cidade e é a partir desse primeiro impacto que começa a se desenhar um tipo de implementação de turismo não oficial, através da divulgação de imagens da cidade, com fotos de eventos e da arte, bem como de cachoeiras e de fazendas nas redes sociais, o que funciona como convite à visita da cidade.

É de suma importância, a continuidade das ações já promovidas, assim como as que são propostas para o futuro. Também acredito que é importante haver um forte acompanhamento do estado em relação ao que se deve cumprir, segundo as normas da Política de Circuitos Turísticos de Minas Gerais e uma avaliação anual do que se fez ou não, no intuito de fazer com que as regras sejam seguidas e que se tenha os resultados desejados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADERT - Agência de Desenvolvimento Regional dos Circuitos Turísticos das Serras e Cachoeiras: **Dados do Planejamento Estratégico do Circuito Turístico Serras e Cachoeiras 2016 – 2017.**

ADERT - Agência de Desenvolvimento Regional dos Circuitos Turísticos das Serras e Cachoeiras: **Relatório Anual de Atividades 2015**

ADERT - Agência de Desenvolvimento Regional dos Circuitos Turísticos das Serras e Cachoeiras: **Segunda alteração do Estatuto Social**

BARRETTO, Margarita; BURGOS, Raúl; FRENKEL, David. **Turismo, políticas públicas e relações internacionais.** São Paulo: Papirus, 2003.

BENI, M. **Análise estrutural do turismo. 2. ed.** São Paulo: SENAC, 1998

BENI, Mario Carlos. **Análise estrutural do turismo.** São Paulo: SENAC, 2002.

BORDENAVE, J. E. D., CARVALHO H. M. **Comunicação e Planejamento.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CRUZ, R. de C. A da. **Política de Turismo e Território.** São Paulo: Contexto, Draibe, S.M., 2001.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território.** São Paulo: Contexto, 2000.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. (coord.) **Planejamento e Gestão em Turismo e Hospitalidade.** São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2004.

DIAS, R. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil.** São Paulo: Atlas, 2003.

EMBRATUR. **Diretrizes do programa nacional de municipalização do turismo.** Brasília, EMBRATUR, 1999.

ENDRES, Ana Valéria. **Redes políticas como novo instrumento de produção política do estado: contextualização frente a complexidade social e possibilidades para o planejamento turístico.**

GANDIN, Danilo **A prática do planejamento participativo.** Petrópolis: Vozes, 2001

HALL, Michael C. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos.** São Paulo: Contexto, 2001.

LOBATO, Fabiana Mendes. **Descentralização de políticas públicas de turismo: a municipalização do turismo no Maranhão.** São Paulo, 2001. p, 236. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo, Universidade de São Paulo.

MAGALHÃES, Claudia Freitas. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios.** São Paulo: Roca, 2002.

MATHEUS, Zilda Maria Alves. Gestão e avaliação de programas. **Estudo de Caso: Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT. (tese de doutorado em ciências da comunicação).** 2003. 135f. Escola de Comunicações e Artes- Universidade de São Paulo – SP.

MTUR: <http://www.turismo.gov.br/>

PEREIRA, Jaqueline de Oliveira. **Descentralização das Políticas Públicas em Turismo: Análise do Programa Nacional de Municipalização do Turismo no Rio Grande do Norte – Natal (RN)**. 2000.

RAMOS, B. A. **Políticas públicas no turismo: o caso de Minas Gerais**. 2006. Disponível em: . Acesso em: 8 mar. 2010

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1997.

SANT'ANNA, D.A., OLIVEIRA, M. T. C., BERENSTEIN, S. G.. **Gestão participativa para um turismo sustentável: o caso da costa do descobrimento**. Salvador: Secretaria da Cultural e Turismo, 2001.

Site Circuito Serras e Cachoeiras: <https://serrasecachoeiras.blogspot.com.br/>